

ENSAIO: RELATO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA “DESAFIOS DA XI BIENAL INTERNACIONAL DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO”, REALIZADA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP

Maria Isabela Haro Meloncini

Mestranda da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Fernando Dias Menezes de Almeida

Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Neste semestre, o programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo conta com o oferecimento de disciplina “Desafios da XI Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo”, voltada para o estudo e a pesquisa das questões jurídicas relacionadas a este evento. Esta experiência inovadora vem sendo extremamente proveitosa tanto aos alunos como ao Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo (“IAB-SP”), responsável pela organização geral da Bienal de Arquitetura, tanto do ponto de vista acadêmico como prático.

A oportunidade surgiu a partir de um primeiro contato do IAB-SP, através de seu Presidente José Armênio de Brito Cruz e do Diretor Roberto Freitas, com estes autores, no qual o IAB expressou o interesse em congrega saberes de diversos campos, dentre eles o jurídico, para fomento e composição dos trabalhos realizados na próxima Bienal.

Neste semestre, o programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo conta com o oferecimento de disciplina “Desafios da XI Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo”, voltada para o estudo e a pesquisa das questões jurídicas relacionadas a este evento. Esta experiência inovadora vem sendo extremamente proveitosa tanto aos alunos como ao Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo (“IAB-SP”), responsável pela organização geral da Bienal de Arquitetura, tanto do ponto de vista acadêmico como prático.

A oportunidade surgiu a partir de um primeiro contato do IAB-SP, através de seu Presidente José Armênio de Brito Cruz e do Diretor Roberto Freitas, com estes autores, no qual o IAB expressou o interesse em congrega saberes de diversos campos, dentre eles o jurídico, para fomento e composição dos trabalhos realizados na próxima Bienal.

Tradicionalmente, a Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo envolve um chamamento de trabalhos, práticas e propostas, direcionado especialmente para arquitetos e urbanistas, mas também para artistas de toda sorte, com tema e prazo determinados. Após a entrega, os trabalhos são expostos.

Desde a última versão do evento, o IAB-SP inclui em sua concepção o propósito de deixar um legado à cidade. Certamente que as edições precedentes do evento trouxeram contribuições relevantes inclusive do ponto de vista do urbanismo, na forma de projetos. Contudo, conforme explicação do próprio Presidente do IAB-SP, percebeu-se um certo distanciamento dos trabalhos resultantes do evento da realidade, o que dificultou que muitos dos projetos fossem finalmente implementados.

Assim, na décima versão da Bienal, buscou-se mitigar esta questão com a inclusão de problemáticas sociais no conceito do concurso e com a proposta de exposição dos trabalhos em diversos eixos de São Paulo simultaneamen-

te, não mais em um espaço único (tradicionalmente, o pavilhão de exposições do Parque Ibirapuera).

A X Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, de curadoria do Professor Guilherme Wisnik, teve como temática “Cidade: modos de fazer, modos de usar”, propondo a reflexão sobre os processos de planejamento, construção e uso das cidades, em suas diversas facetas, conflitos e contradições. Os resultados foram propostas de intervenções urbanas, elaboradas considerando questões urbanas reais e espaços existentes. Ao final, os projetos foram expostos em diversos locais, todos acessíveis por meio de transporte público, em especial pelo metrô.

Dentre as intervenções, destaca-se, por exemplo, a piscina pública instalada no Minhocão (elevado Costa e Silva), idealizada pela arquiteta Luana Geiger. O evento também contou com a instalação pioneira de *parklet*, pequena praça móvel que ocupa a vaga de dois automóveis, conforme idealizado pelo Instituto Mobilidade Verde e pelo Design OK e que hoje, dado o seu sucesso, conta com regulamentação municipal.

Para a ocupação de diversos espaços urbanos, foi imprescindível para a produção da X Bienal a realização de parcerias institucionais, tais como as firmadas com a Secretaria Estadual de Cultura, com a Secretaria Estadual de Transportes e com a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA - Emplasa.

Se o paradigma da abstração já foi superado na Bienal precedente, a nova versão do evento pretende aprimorar esta ideia através de uma temática vinculada à estruturação de uma região específica de São Paulo e mediante o diálogo multidisciplinar como método.

A ideia da próxima Bienal, que se realizará no início de 2016, é concentrar os esforços de arquitetos, urbanistas e artistas em determinado recorte do território do Município da Capital, o Parque Dom Pedro II e a região de

seu entorno (os dois lados do Rio Tamanduateí, a baixada do Glicério, parcela do Braz e Mooca, além do segmento da Av. Rangel Pestana do Parque à Sé).

Trata-se de região de grande complexidade, pois nela há diferentes microcosmos aptos à reestruturação, que podem instigar diversas abordagens criativas.

Em primeiro lugar, trata-se de um parque que não é mais parque, pois apesar de algumas árvores, o seu uso primordial é o determinantal de ônibus metropolitano.

Em segundo lugar e em razão do terminal, esta é região estratégica para o transporte metropolitano.

Um terceiro aspecto, por sua vez, são os diversos equipamentos públicos e imóveis privados tombados no local, tais como o Quartel 2.º Batalhão de Guardas, o Gasômetro, o Mercado Municipal e o Palácio da Justiça, que encontram dificuldades de conservação.

Em quarto lugar, a região da baixada do Glicério instiga pelas questões relacionadas à moradia popular e gentrificação, pois, além de ser uma das mais densas da cidade de São Paulo, é uma das poucas das zonas populares que estão localizadas no centro e não na periferia.

Em quinto lugar, trata-se de região central da cidade que se encontra subutilizada, a despeito do grande investimento de infraestrutura realizado.

Por fim, a área também apresenta diversos desafios do ponto de vista ambiental. O bairro da Mooca concentrava boa parte das indústrias instaladas no Município ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX. Com a desativação de tais fábricas e com o avanço das atividades financeiras e de serviços na capital paulista, a requalificação da região apresenta como desafio o solo contaminado.

Em paralelo à definição conceitual, o IAB-SP verificou que o propósito interventivo dos projetos resultantes da Bienal depende de uma abordagem multidisciplinar. A estruturação de um projeto para posterior implementação depende que este seja analisado do ponto de vista de sua viabilidade e impactos jurídicos, econômicos, geográficos e sociais. Sem elas, os projetos podem vir a criar modelos que não são aptos a serem financiados, ou ainda contrários à legislação vigente.

É com base neste novo aspecto da XI Bienal de Arquitetura de São Paulo que a foi firmada a parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Diante desta proposta do IAB-SP, criou-se a disciplina do programa da pós-graduação intitulada “Desafios da XI Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo”, que vem sendo verdadeiro laboratório de estudos práticos do direito, especialmente nos ramos do direito urbanístico, administrativo e ambiental.

A disciplina consistiu essencialmente em debates com especialistas de diversas formações, notadamente em arquitetura, urbanismo, direito, economia, administração e assistência social, visando a dar suporte acadêmico à viabilidade de projetos de interesse público, tendo por foco a região do Parque D. Pedro II, em São Paulo. Dado o caráter prático da disciplina, metade dos créditos foram definidos como créditos trabalho, enquanto o restante foi definido como créditos aula.

Basicamente, o curso dividiu-se em três momentos: (i) um primeiro momento de compreensão das questões e desafios da região do Parque Dom Pedro II; (ii) um segundo momento, para estudo e aprofundamento das questões pelo grupo, com a elaboração de relatórios de trabalho; (iii) e um terceiro momento, ainda não realizado até o final deste ensaio, de participação *workshops* e seminários promovidos pelo IAB-SP para a Bienal de Arquitetura.

Na primeira reunião, o IAB-SP apresentou o tema da próxima Bienal e uma lista de perguntas aos alunos, relacionadas aos desafios da região. As perguntas apresentadas foram as seguintes:

1 - Questão do patrimônio histórico e sua relação com a venda de potencial adicional de construção (regras vigentes em São Paulo que inviabilizam o uso deste benefício e possibilidades de melhoria, a exemplo da regra de Belo Horizonte);

2 - Questão habitacional na região do Glicério (área de interferência prática prevista para a Bienal, em São Paulo); sua relação com o modelo de financiamento Minha Casa Minha Vida (possibilidades de melhoria com vistas à maior qualidade de projeto);

3 - Questão das Parcerias Público-Privadas e sua viabilização; materialização na cidade de São Paulo na requalificação de áreas problemáticas como o Glicério (como e onde enquadrar o projeto? Junto ao governo, ou junto ao parceiro privado?)

4 - Lei 8.666 e sua obrigatoriedade para a contratação de projeto (como buscar um caminho que seja antes qualitativo e não prioritariamente pelo menor preço?);

5 - Nova regulamentação do uso do solo em São Paulo e suas implicações práticas na melhoria (real, não apenas teórica) do espaço construído na cidade;

6 - Insegurança jurídica para se utilizar (e reutilizar) o solo urbano em lote contaminado, em função do entendimento do Ministério Público quanto à necessidade de descontaminação do solo não com o critério vigente (CETESB) que é vinculado à finalidade do uso do solo (exemplo: edificação habitacional, educacional, fabril, etc.), mas sim descontaminação ao “solo original” com uso das mais avançadas técnicas disponíveis;

7 - Questão dos resíduos sólidos em trechos urbanos: sua produção, seja doméstica ou não, e seu recolhimento/descarte versus possibilidade de criação de empregos neste nicho (exemplos: RECIFRAN, grupo de trabalho que ocorre no Glicério com catadores de lixo; problema latente da região pelo descarte em grande quantidade de lixo doméstico em local e horários indevidos em função da alta densidade populacional e da existência de ecopontos na região).

Os alunos, no total de 12 (doze), discutiram com o IAB-SP o problema envolvido em cada uma das questões apontadas. Em seguida, definiram-se os seguintes eixos, agrupando-se as questões semelhantes:

- 1) marco regulatório urbanístico do entorno do Parque Dom Pedro II;
- 2) instrumentos para proteção ao patrimônio histórico e cultural;
- 3) modelos de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada;
- 4) questão ambiental - solo contaminado; e
- 5) questão ambiental - resíduos sólidos.

Cada eixo contou com o detalhamento das questões jurídicas envolvidas. A turma foi dividida em grupos compostos por dois ou três alunos, ficando a cargo de cada grupo o estudo aprofundado das questões de cada eixo e elaboração de um relatório explicativo, de forma a materializar os conhecimentos adquiridos e as conclusões, bem como garantir a utilidade dos estudos para os participantes da Bienal.

Paralelamente à pesquisa e aos estudos pelos grupos de alunos, foram realizadas reuniões para aprofundamento dos problemas e validação das conclusões parciais de cada grupo. Por exemplo, o grupo discutiu, a partir de im-

portantes subsídios da visão dos arquitetos do IAB-SP, o papel do projeto nas contratações públicas, enfatizando a sua função e vinculação em cada um dos modelos jurídicos contratuais.

Ademais, já em tais reuniões foi possível contar com a participações de atores externos. Cite-se, por exemplo, as contribuições do conselheiro do sindicato do mercado imobiliário SECOVI-SP, Dr. Marcelo Terra, que apresentou o entendimento do Ministério Público Estadual sobre as formas de intervenção em solo contaminado e de compensação ambiental, posições contrárias às adotadas pelo órgão responsável estadual (CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) e em alguns casos acolhidas pelo Poder Judiciário (por exemplo, na Ação Civil Pública 1032789.75.2013.8.26.01000, que tramitou na 44.^a Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo e atualmente aguarda apreciação do recurso de apelação). Ele também destacou qual entende ser o impacto de tais decisões para as áreas contaminadas e para o mercado imobiliário, em especial o desincentivo da atividade imobiliária em regiões contaminadas e a ocupação irregular das áreas por população em situação socialmente vulnerável.

No que tange o tema do marco regulatório urbanístico da região, o grupo realizou seminário com Diretor de Desenvolvimento da SP Urbanismo, empresa pública municipal que tem como objetivo dar suporte e desenvolver as ações governamentais voltadas ao planejamento urbano e à promoção do desenvolvimento urbano do Município de São Paulo. O Diretor Gustavo Partezani Rodrigues discutiu a proposta da Prefeitura, ainda em elaboração, da operação urbana consorciada da região Bairros do Tamanduateí, que abrange parte da área delimitada para estudo na XI Bienal, em especial a baixada do Glicério.

Por sua vez, no encontro sobre as questões envolvendo resíduos sólidos, o grupo teve a oportunidade de discutir a questão da coleta seletiva com a diretora administrativa do Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem -

Recifran, organização de assistência social que oferece às pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, a formação e a requalificação profissional em coleta seletiva e cooperativismo.

A terceira fase, que se iniciará na semana em que se conclui este ensaio, envolve o contato direto com arquitetos, urbanistas, profissionais de outras áreas, além do público geral, para tratar sobre os projetos da Bienal. Os recursos humanos envolvidos serão convidados pelo IAB-SP e as instituições participantes. Além dos diretamente envolvidos pela localização ou pelos projetos incidentes, outras instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais serão convidadas através de seus professores, e alunos.

Tendo já estudado as questões propostas, nesta última fase os alunos estão aptos a participar do debate de forma contributiva.

É importante notar que esta iniciativa não constitui, de modo algum, qualquer espécie de assessoria jurídica ao IAB-SP. Os trabalhos realizados pelos alunos foram abrangentes e tocaram também questões abstratas do direito, podendo ser aplicadas a outros projetos. O fato de não existir um projeto ao qual subsidiar, mas sim instigar e inspirar todos os futuros projetos da Bienal, contribuiu para o caráter amplo do trabalho que vem sendo realizado.

Além da contribuição à Bienal, trata-se de iniciativa que se justifica academicamente, ao permitir aos alunos contato direto com problemas reais e complexos da realidade urbanística paulistana. Na visão compartilhada dos alunos, o contato com atores sociais foi essencial para compreensão dos contornos reais das regras dos instrumentos jurídicos, bem como para adotarem-se novas perspectivas de epistemologia jurídica. Por fim, a iniciativa também se justifica socialmente, haja vista que propicia que a Universidade contribua com o poder público na formulação de políticas de interesse social.

O direito como técnica e como fenômeno social não pode excluir a sua interface com a realidade. É desejável que a formação do profissional, inclusive no programa da pós-graduação, contribua para o desenvolvimento de habilidades dos alunos. A experiência da disciplina “Desafios da XI Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo” procurou atingir tal objetivo ao conciliar os três pilares indissociáveis da Universidade, pesquisa, ensino e extensão (artigo 207, Constituição Federal). Os resultados já verificados só demonstram o sucesso da fórmula.